OPERAÇÕES ANFÍBIAS E SUA INFLUÊNCIA NAS AÇÕES EM TERRA: Análise da Operação Desert Storm sob a ótica do princípio de Julian Corbett*

THIAGO **RIBEIRO** DE JESUS**
Capitão de Corveta (FN)

SUMÁRIO

Introdução
Modelo teórico de Julian Corbett
Guerra do Golfo
A Operação Anfíbia da Guerra do Golfo *versus* o modelo teórico de Corbett
Conclusão

INTRODUÇÃO

A Guerra do Golfo (1990-1991) foi um conflito marcado pelas peculiaridades provenientes do cenário internacional após a Guerra Fria (1947-1991). Os Estados Unidos da América (EUA), como potência hegemônica mundial, lideraram uma coalizão com o propósito de se cumprirem as resoluções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS-ONU) após a invasão do Kuwait por tropas iraquianas.

A interferência da maior potência mundial deu-se pelo fato de a invasão ter sido repudiada internacionalmente e re-

---

* Artigo baseado em dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores. Orientador: Capitão de Mar e Guerra (RM1-FN) Alexandre Ricciardi dos Reis.

** Instrutor do Curso de Aperfeiçoamento Avançado de Oficiais do Corpo de Fuzileiro Navais (C-ApA-CFN), no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (Ciasc).

presentar um risco à soberania dos países. O Kuwait possui importância estratégica devido às reservas de petróleo que estão localizadas em seu território.

Em decorrência do conflito ocorrido na região do Golfo Pérsico, suas lições aprendidas foram transformadas em doutrina, particularmente no campo da estratégia naval dos EUA. Os planejamentos e as execuções das missões na Guerra do Golfo, por parte da coalizão, demonstraram a importância do papel desempenhado pela Marinha ao influir nos acontecimentos em terra, principalmente pelo resultado obtido por ocasião da intenção de realizar uma Operação Anfíbia (OpAnf) no litoral do Kuwait.

Diante do que foi exposto, a presente pesquisa estudará o modelo teórico de Sir Julian Stafford Corbett (1854-1922), estrategista naval britânico, abordando suas teorias a respeito da Guerra Naval[1] e sua condução, com ênfase no exercício do Comando do Mar, e buscará constatar tais teorias no contexto da Guerra do Golfo, a fim de analisar de que forma a realidade histórica aderiu ou não a este modelo.

O propósito deste trabalho é identificar se a Guerra do Golfo, ocorrida entre 1990 e 1991, teve aderência ao modelo teórico escolhido, no que tange ao apoio naval às operações militares.

MODELO TEÓRICO DE JULIAN CORBETT

Com o intuito de fundamentar as análises e conclusões do presente trabalho, abordaremos o modelo teórico de Sir Julian Stafford Corbett, cujos conceitos darão suporte a esta pesquisa.

Todavia, de forma a limitar o escopo da teoria aplicada ao estudo, iremos focar nos aspectos relacionados à condução da Guerra Naval, particularmente ao método para exercer o comando por meio do apoio naval às operações militares, além de abordar o modo como esse método influenciou na Guerra do Golfo.

Nesta seção, os temas estão estruturados em três partes: a primeira, um breve histórico sobre a vida do teórico escolhido, evidenciando sua relevância para o tema em questão; na segunda, discorreremos sobre as teorias gerais do Poder Marítimo apresentadas por Corbett e o seu entendimento a respeito do Comando do Mar; e, na última, apontaremos os métodos para a condução da Guerra Naval.

Histórico sobre Julian Stafford Corbett

Apesar de Corbett não possuir formação militar, o teórico tinha grande interesse na história marítima britânica. De sua dedicação aos estudos dessa área adquiriu um vasto conhecimento sobre o desenvolvimento da Estratégia Marítima. Em 1917, Corbett foi distinguido com o grau de Sir, título de nobreza em reconhecimento por notáveis feitos, vindo a falecer cinco anos depois, em 1922 (MONTEIRO, 2011).

Considerado por muitos como o maior estrategista naval britânico, Sir Julian Stafford Corbett nasceu em 1854, em Londres, graduando-se em Direito em 1877. A despeito de sua formação inicial, preferiu dedicar-se à arte da pintura e à escrita. Seu interesse pelo mar o levou a aprofundar-se em história naval militar, particularmente no emprego do Poder Naval. Academi-

1 A Guerra Naval é a parte constituída por ações militares conduzidas nos espaços marítimos, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente. Consiste no emprego do Poder Naval, contribuindo para a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais de Defesa (BRASIL, 2017, pp. 3-1).

camente, ao contrário da maioria dos estrategistas militares e, em especial, dos estrategistas navais, Corbett lecionou para a Marinha Real no British Naval College[2] em Greenwich, sem ter servido nas Forças Armadas (FALCÃO, 1991).

Como escritor de estratégia marítima, entre suas principais obras estão *Drake and the Tudor Navy* (1899), *England in the Seven Years War: A Study In Combined Strategy* (1907) e *Some Principles of Maritime Strategy*[3] (1911). Como consequência desses estudos e fruto de sua *expertise* nos assuntos navais, foi nomeado professor do Royal Naval War College[4] (MONTEIRO, 2011).

Corbett foi integrante do Estado-Maior Naval da Marinha Real por ocasião da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), tendo realizado profícuas assessorias, as quais lhe renderam notoriedade. Segundo Moffat (2001, p. 29), a "Marinha Real, até hoje, reconhece-o como base para sua atual Estratégia Marítima, e suas teorias sobre o Comando do Mar permanecem como base para a estratégia da Marinha Real"[5].

Sendo membro fundador da Navy Records Society[6], suas pesquisas lhe proporcionaram uma visão estratégica marítima da Marinha britânica; tal conhecimento adquirido levou-o a escrever sua obra mais divulgada entre as já citadas acima. Escrito em 1911, *Some Principles of Maritime Strategy* é um estudo da aplicação do Poder Naval da Marinha Real, desde a época do reinado da Rainha Elizabeth I (1558-1603) até as Guerras Napoleônicas (1803-1815), contendo suas teorias e pensamentos sobre a Guerra Naval (MOFFAT, 2001).

Veremos a seguir a teoria geral do Poder Marítimo e o Comando do Mar sob o ponto de vista de Corbett, para, a partir dela, abordarmos sua aplicação na condução da Guerra Naval.

Teorias gerais do Poder Marítimo e do Comando do Mar

À semelhança de diversos estrategistas, Corbett foi influenciado pelo pensamento de Alfred Thayer Mahan[7], diferindo-se deste, uma vez que procurou aprofundar seus estudos em base histórica e com pensamento voltado para a teoria de Carl von Clausewitz[8], adaptando os princípios militares prussianos ao ambiente marítimo (MONTEIRO, 2011).

Segundo Eric Grove[9], apesar de Corbett pautar suas teorias em conceitos já publicados por Mahan, ele aprofunda e expande tais conceitos com base em pesquisas históricas. Corroborando com esse ponto de vista, Monteiro (2011) menciona que Corbett dá uma estrutura

---

2 Academia Naval Britânica (tradução nossa).

3 Esta publicação, por apresentar as teorias de Corbett de maneira aprofundada, será uma das referências de base para o desenvolvimento deste trabalho.

4 Escola de Guerra Naval Britânica (tradução nossa).

5 Do original em inglês: "The Royal Navy, to this day, acknowledges him as a basis for their current Maritime Strategy and his theories on Command of the Sea remain as the basis for the Royal Navy's strategy".

6 Sociedade britânica que publica documentos raros e originais impressos e *online* sobre a história naval.

7 Oficial naval norte-americano. Foi o primeiro estrategista e o mais conhecido autor a escrever sobre Estratégia Marítima. Publicou seu famoso livro, *A Influência do Poder Marítimo sobre a História*, em 1890 (MOFFAT, 2001).

8 Militar prussiano e estrategista militar. Autor da obra *Da Guerra*.

9 "Introduction" (Introdução à obra *Some Principles of Maritime Strategy*, de Julian Stafford Corbett, Annapolis, Maryland, Naval Institute Press, 1988).

robusta às teorias de Mahan, vindo a ser mais relevante e resistente com o passar do tempo. Dessa forma, notamos que há uma diferença entre as teorias do Poder Marítimo de ambos os estrategistas.

Ao analisarmos as célebres frases citadas por Clausewitz, "guerra é simplesmente uma continuação do intercâmbio político com a adição de outros meios"[10], e por Corbett, "a guerra em senso fundamental é a continuação da política por outros meios"[11], podemos perceber o alinhamento do acadêmico com o estrategista militar. Corbett considera, pois, que a política será sempre o objeto; e a guerra, o meio (CORBETT, 1911, p. 27).

A guerra em senso fundamental é a continuação da política por outros meios

Julian Corbett

Ao consideramos que a natureza da guerra dependerá do objeto em disputa, Corbett se utiliza dos conceitos de Guerra Limitada e Ilimitada, partindo da visão de Clausewitz sobre Guerra Ofensiva e Defensiva, para expor que não há somente a Guerra Absoluta.

Na Guerra Ilimitada são traçados objetivos os quais, para serem alcançados, exigem que o poder de combate da força que o planeja seja superior ao do oponente, buscando sua total destruição. Para isso, são requeridas capacidades que permitam a garantia desta conquista. Já na Guerra Limitada, a destruição de todo o poder de combate do oponente está além do necessário. Esta foi uma grande modificação na concepção estratégica da época em que a teoria de Corbett foi publicada (1911), pois deixava de ter foco apenas nas Forças Armadas inimigas em um combate absoluto e passava a ganhar importância, como objetivo estratégico, aquilo que mais custaria ao inimigo perder, caso continuasse lutando (CORBETT, 1911).

De acordo com Moffat (2001), na Guerra Limitada, uma potência marítima pauta sua estratégia na intervenção no campo de batalha no mar para apoiar os esforços em terra, realizando incursões costeiras para aliviar a pressão no Teatro de Operações (TO)[12]. Essa integração entre os ambientes operacionais, terrestre e marítimo, demonstra que a Estratégia Marítima é composta tanto pelo Poder Militar (terrestre) quanto pelo Poder Naval (mar).

Ainda sobre a Guerra Limitada, Corbett (1911) cita o exemplo histórico da campanha de Wellington na Espanha:

> O verdadeiro segredo do sucesso de Wellington – além de sua própria genialidade – foi que em perfeitas condições ele estava aplicando a forma limitada em uma guerra ilimitada. Nosso objeto era ilimitado. Não era nada menos do

10 Do original em inglês: "[…] war is simply a continuation of political intercourse with the addition of other means" (CORBETT, 1911, p. 17).

11 Do original em inglês: "[…] war in a fundamental sense is a continuation of policy by other means" (CORBETT, 1911, p. 17).

12 Parte do Teatro de Guerra necessária à condução de operações militares de grande vulto, para o cumprimento de determinada missão e para o consequente apoio logístico. E sendo o Teatro de Guerra o espaço geográfico, terrestre, marítimo, aeroespacial e cibernético que seja ou possa ser diretamente envolvido nas operações militares de uma guerra (BRASIL, 2015, p. 265).

> que a derrubada de Napoleão. O sucesso completo no mar não foi atingido, mas o sucesso então alcançado nos deu o poder de aplicar a forma limitada, que era a forma mais decisiva de ofensa ao nosso alcance. (CORBETT, 1911, p. 65, tradução nossa)[13]

Com esse exemplo, observamos que, apesar do objetivo estratégico ser ilimitado, para sua conquista foi necessária a contribuição do Poder Marítimo ao Poder Terrestre, sendo aquele limitado em sua realização e complementando as ações em terra.

A partir da linha de pensamento referente à Guerra Limitada, Corbett declara que a Guerra Naval é, direta ou indiretamente, a conquista do Comando do Mar ou a impossibilidade de seu domínio pelo inimigo. Considera-se como Comando do Mar o controle das linhas de comunicações marítimas, tanto de caráter comercial quanto militar. Assim, a teoria de Corbett é avessa à batalha decisiva, mostrando-nos a importância das operações conjuntas[14] e levando em conta a relação de interoperabilidade entre as forças.

Como os homens vivem na terra e não no mar, as grandes questões entre as nações em guerra sempre foram decididas – exceto nos casos mais raros – ou pelo que seus exércitos podem fazer contra o território e a vida nacional de seus inimigos ou, senão, pelo medo do que as frotas tornam possível que os exércitos façam (CORBETT, 1911, p. 16, tradução nossa)[15].

As operações conjuntas traduzem este pensamento de Corbett ao mostrar que dificilmente as ações navais do Poder Naval serão decisivas em um combate. Os conflitos do passado corroboram o pensamento de Corbett quanto à decisão da guerra em terra. O Poder Naval será um integrante da estratégia militar para alcançar os objetivos estratégicos.

Monteiro (2011) destaca que a relação nas operações conjuntas entre as forças, por mais que estas se articulem em uma estratégia nacional, deve levar em consideração as diferenças entre seus conceitos e procedimentos.

Ao realizar os estudos sobre a Guerra Naval, Corbett analisa sua essência e estabelece como principal foco o controle do mar, devendo os Estados elevar suas respectivas capacidades para negar ao oponente o seu controle.

Essas capacidades almejadas pelos Estados, para que consigam atuar no controle do mar, dependerão em grande parte da constituição de suas esquadras[16]. Para este fim, são exigidos meios que proporcionem uma rápida mobilidade e um sistema de comando e controle confiável, de forma que permita um eficiente domínio das comunicações marítimas e negação do seu uso ao inimigo.

---

13 Do original em inglês: "The real secret of Wellington's success – apart from his own genius – was that in perfect conditions he was applying the limited form to an unlimited war. Our object was unlimited. It was nothing less than the overthrow of Napoleon. Complete success at sea had failed to do it, but that success had given us the power of applying the limited form, which was the most decisive form of offense within our means".

14 Operação que envolve o emprego coordenado de elementos de mais de uma força singular, com propósitos interdependentes ou complementares, mediante a constituição de um Comando Conjunto (BRASIL, 2015, p. 190).

15 Do original em inglês: "Since men live upon the land and not upon the sea, great issues between nations at war have always been decided – except in the rarest cases – either by what your army can do against your enemy's territory and national life, or else by the fear of what the fleet makes it possible for your army to do".

16 Do original em inglês: *fleet* (tradução nossa).

O método de concentração e dispersão de força no âmbito naval é um outro importante conceito nas teorias sobre a Guerra Naval de Corbett. Ele utiliza o termo *strategical center* para designar um local relevante na travessia do inimigo e afirma que em torno dele deverão ser distribuídas as forças navais. Essas forças, com flexibilidade suficiente, estão dispersas cumprindo tarefas específicas, podendo ser concentradas a qualquer momento em um determinado *strategical center*, com vista a atingir um dado propósito. Para que tal método possa ser eficientemente empregado, depreendemos que seja primordial que a força disponha de meios que lhe proporcionem considerável mobilidade (CORBETT, 1911).

Após termos apresentado algumas teorias gerais do Poder Marítimo, decorrentes da ideia de Corbett, chegamos aos conceitos relacionados ao objetivo do Comando do Mar, o qual, mediante as capacidades da Esquadra e utilizando o método de concentração e dispersão, tem o propósito de permitir ao Poder Naval a livre utilização das linhas de comunicações marítimas, ao mesmo tempo em que nega o mar ao inimigo. A seguir, abordaremos as maneiras de conduzir uma Guerra Naval, segundo os conceitos de Julian Corbett.

Uma força naval sem poder de combate para o Comando do Mar tende a ser defensiva, evitando a batalha

A condução da Guerra Naval

Ao discorrer sobre a condução da Guerra Naval, Corbett estabelece métodos para que dois propósitos sejam alcançados, quais sejam: a obtenção ou a disputa pelo Comando do Mar e o exercício do controle das linhas de comunicações marítimas.

Os métodos empregados para atingir o primeiro propósito seriam a batalha e o bloqueio, sendo a primeira opção, segundo Falcão (1991), menos aceitável. Cabe destacar que, pelo fato de estarmos abordando uma teoria de origem britânica, e sendo o Reino Unido considerado o detentor do maior Poder Naval da década de 1910, seria improvável que o oponente tomasse a decisão pela batalha. Já o bloqueio, em suas variadas formas de execução, seria o mais viável para o controle das linhas de comunicações marítimas, pois forçaria o oponente a, quando preso em seus portos, sair para engajamento com a esquadra adversária ou, caso não deixasse o porto, ter seu fluxo de comércio estrangulado, impelindo-o a uma decisão política (CORBETT, 1911).

Por outro lado, uma força naval sem o efetivo poder de combate para conquistar o Comando do Mar tende a buscar uma postura defensiva, evitando a decisão pela batalha e agindo na intenção de impedir que o oponente alcance o êxito do comando. Segundo a teoria de Corbett (1911), nessas condições, os métodos empregados para exercer a disputa pelo Comando do Mar seriam por meio da esquadra em potência e do contra-ataque.

O exercício do controle das linhas de comunicações marítimas é proporcionado por meio das esquadras e suas ações, tanto no ambiente marítimo quanto no ambiente terrestre por sua influência. Corbett, ao publicar o livro *England in the Seven Years War*, em 1907, menciona que uma das funções da Esquadra é promover ou negar

as operações em terra, além de apoiar ou obstruir o esforço diplomático e proteger ou destruir o comércio. Segundo Corbett (1907, p. 6), "[...] o comando do mar é apenas um meio para um fim"[17], ou seja, a estratégia naval é parte de uma estratégia maior. Tal conceito reforça sua teoria de que mais importante do que o domínio do mar é conquistar o controle das linhas de comunicações marítimas.

Para que a Esquadra possa exercer o controle do mar na condução da Guerra Naval, Corbett estabelece três tipos de operações, quais sejam: defesa contra invasão; ataque e defesa do comércio; e ataque, defesa e apoio naval às operações militares (CORBETT, 1911).

A defesa contra invasão, como tipo de operação, é voltada para as ações realizadas pelo Poder Terrestre contra os meios marítimos. Todo esforço visará impedir que o oponente realize um desembarque no litoral, consiga infligir pesadas baixas no decorrer de sua progressão no território e conquiste os objetivos terrestres. Para Corbett, o transporte marítimo da força que vai ser projetada sobre terra é o principal objetivo de ataque da força defensiva. Logo, essa defesa vai além do posicionamento de tropa no terreno próximo ao litoral; ela busca utilizar mecanismos que impeçam o oponente de obter o Comando do Mar (CORBETT, 1911).

A teoria da operação de ataque e defesa do comércio sofreu críticas na época de sua publicação (1911), pois, quando Corbett a escreveu, ele afirmou que a defesa do comércio era mais fácil do que o ataque, mencionando que a força defensiva poderia esperar o atacante em locais de passagem obrigatória (CORBETT, 1911). Em 1911, quando foi escrita essa teoria, não tínhamos o desenvolvimento de diversos meios navais que hoje tornam essa afirmação diferente, como, por exemplo, o emprego de submarino, que, ao ser lançado, propicia ao atacante um elevado poder de combate ao comércio marítimo.

Os pensamentos estratégicos finais de Corbett, referentes à condução da Guerra Naval, dizem respeito ao ataque, à defesa e ao apoio naval às operações militares[18]. O ataque às linhas de comunicações marítimas torna-se uma estratégia utilizada, geralmente, pela força que possui um menor poder de combate contra um oponente mais forte, na busca de negar o uso do mar, já que não é possível disputar o controle do mar. Como exemplo, podemos citar a guerra de corso, que representa uma forma típica de ataque empregando unidades navais de superfície, submarinas e aéreas. Quanto à defesa das linhas de comunicações marítimas, esta é constituída pelo controle e proteção do tráfego marítimo, devendo ser realizada de modo permanente (CORBETT, 1911).

Segundo Corbett (1911), contra um poder de projeção, a Marinha deve ser complementada pelo Exército, tendo em vista não ter condições de, isoladamente, garantir a defesa terrestre. Com isso, ele estabeleceu a teoria do apoio naval às operações militares, por meio da qual se determinava que a tarefa da Marinha era dar total apoio às operações terrestres, levando-se em consideração a dependência do Exército em ser apoiado no desembarque, no abastecimento, na retirada e em uma possível mudança de base ou linha de ação. Além disso, ele ressalta que tal apoio não obriga que haja subordinação entre as forças.

---

17 Do original em inglês: "[...] the command of the sea is only a means to an end".

18 Segundo Monteiro (2011), o termo "apoio naval às operações militares" corresponde às operações anfíbias, essas que, junto à capacidade de transporte estratégico, integram a capacidade de projeção de força.

O emprego das operações conjuntas, de acordo com a teoria de Corbett, era um método britânico de fazer uma guerra limitada, podendo ser utilizado para conquistar territórios coloniais ou ultramarinos, além de poder ser empregado como uma ferramenta para causar confusão na consciência situacional do inimigo, como, por exemplo, a realização de OpAnf (CORBETT, 1911).

A Operação Anfíbia é uma operação de Guerra Naval que permite, em uma de suas modalidades de realização, "confundir o inimigo quanto ao local da operação principal, induzir o inimigo a empreender ações que lhes sejam desfavoráveis, e criar uma diversão" (BRASIL, 2008, p. 1-2).

A diversão ou finta é um tipo de manobra citado por Corbett, que exemplifica um dos propósitos do emprego do apoio naval às ações em terra. Como ação realizada pela esquadra, a finta, apesar de ser utilizada no nível tático, pode ocasionar um efeito estratégico nas operações, devido às suas características de mobilidade e flexibilidade proporcionadas pela constituição de uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf)[19]. Neste apoio naval, o fato de não se ter a certeza do local de desembarque, bem como não saber se o desembarque é real ou fictício, faz com que ocorra uma "confusão mental" no planejamento do defensor, levando-o a tomar atitudes que podem influenciar no resultado da guerra em terra (CORBETT, 1911).

O emprego das OpAnf como estratégia naval passou por momentos de questionamento quanto à sua viabilidade ao longo da história. Em um primeiro momento, podemos mencionar a Campanha de Galípoli, em 1915, a qual, devido ao fracasso de sua realização diante dos avanços tecnológicos de se contrapor ao desembarque, levou os analistas militares a desacreditarem em seu emprego contra posições defendidas no litoral. Porém, na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com um novo *zeitgeist*[20], os desembarques de tropas anfíbias em diferentes posições no litoral defendido pelo inimigo foram de grande sucesso. Esse êxito ocorreu devido à evolução dos meios para o desembarque e à alteração no *modus faciendi*[21] das operações, concorrendo para a vitória dos Aliados no conflito e, dessa forma, alterando o pensamento pessimista quanto à eficiência dessas manobras (SPELLER; TUCK, 2014). Consequentemente, a teoria de Corbett, quanto ao apoio naval às operações militares, acompanhou estes momentos de pessimismo e otimismo do emprego das OpAnf.

Como forma de sintetizar a teoria apresentada por Corbett, observamos que o emprego do Poder Naval somente poderia fazer sentido caso fosse parte de uma ampla estratégia marítima. Deveria, ainda, haver uma interdependência entre a Guerra Naval e a Terrestre, a qual, por si só, dificilmente poderá derrotar um oponente.

Ainda sobre sua obra, o autor enfatiza que o Comando do Mar nada mais é do que o controle das linhas de comunicações marítimas, cabendo destacar, neste trabalho, a condução da Guerra Naval por meio da projeção de poder com as OpAnf.

Com isso, podemos ressaltar que o *modus faciendi* da Guerra Naval, em ade-

---

19 Força organizada por tarefas, composta por uma força naval, compreendendo unidades navais e aeronavais e por uma Força de Desembarque, criada para realizar uma Operação Anfíbia (BRASIL, 2015, p. 124).

20 Espírito da época (tradução nossa). Disponível em: https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/zeitgeist. Acesso em: 7 ago. 2022.

21 Modo de fazer ou de agir (tradução nossa). Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=modus%20faciendi. Acesso em: 7 ago. 2022.

rência com a teoria, evolui de acordo com o *zeitgeist* do período a ser empregado. A partir dessa perspectiva, discorreremos sobre a Guerra do Golfo, para que possamos comparar a teoria com a realidade histórica em uma análise subsequente, a fim de alcançar o propósito deste trabalho.

GUERRA DO GOLFO

Após a análise anterior, da teoria geral sobre o Poder Marítimo e o Comando do Mar, além da condução da Guerra Naval, sob o ponto de vista de Julian Stafford Corbett, passaremos a descrever as ações da coalizão formada na Guerra do Golfo, com o propósito de identificar as características da manobra desenvolvida pela força marítima com posterior consequência na força terrestre e fornecer subsídios para a validação ou não da aderência aos princípios do apoio naval às operações militares elaborados por Corbett.

Visão global da Guerra do Golfo

Após o fim da Guerra Fria, surgiu uma nova ordem mundial, caracterizada por países de Primeiro Mundo exercendo uma afirmação do direito de intervir em assuntos de países de Terceiro Mundo e marcada também pelo poder hegemônico dos Estados Unidos da América. A Guerra do Golfo Pérsico foi o primeiro grande conflito que se sucedeu com essas peculiaridades.

No início de 1990, o Iraque apresentou, no Conselho de Cooperação Árabe[22], na Jordânia, pedidos de suspensão das dívidas do país. Era uma tentativa de minimizar a crise financeira e política que o país enfrentava no pós-guerra com o Irã. Adicionalmente, solicitou o cumprimento de cotas e aumento do preço do petróleo no mercado internacional. Contudo seus pleitos não foram atendidos, e, com isso, Saddam Hussein adotou uma dupla política: no campo diplomático, fazendo uma série de acusações contra o Kuwait quanto ao roubo de petróleo de campos iraquianos e lucros decorrentes de superprodução, que excediam as cotas estabelecidas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep); e, no campo militar, realizando manobras militares na fronteira com o Kuwait. Ainda em represália ao fracasso das negociações, Saddam ordenou que tropas iraquianas invadissem o território do Kuwait (FINLAN, 2005).

As questões críticas que transformaram a situação no Golfo de uma disputa regional em uma crise internacional completa foram, acima de tudo, as reservas substanciais de petróleo naquela área e a dependência mundial desse "ouro negro". Se deixado por conta própria, Saddam Hussein possuía a capacidade de ter influência ou controle total de 40% dos suprimentos de petróleo conhecidos no planeta, combinando suas próprias reservas com as do Kuwait e, possivelmente, com as da Arábia Saudita (FINLAN, 2005, p. VI, tradução nossa)[23].

A ação iraquiana causou manifestação mundial, não só pela violação da soberania, mas também pelo risco de minar

22 Este conselho foi formado em 1989, por Egito, Iraque, Jordânia e Iêmen do Norte. Os principais propósitos eram cooperação, coordenação, integração e solidariedade entre os Estados membros. Porém o conselho acabou extinto na Guerra do Golfo, pois se provou ineficiente, tendo em vista que dois de seus membros, Iraque e Egito, passaram a ser adversários militares (RYAN, 1998).

23 Do original em inglês: "The critical issue that transformed the situation in the Gulf from a regional dispute into a full-blown international crisis was, above all, the substantial oil reserves in that area and the world's dependence on this 'black gold'. If left to his own devices, Saddam Hussein possessed the ability to have influence over, or outright control of, 40 per cent of the known oil supplies on the planet by combining his own reserves with Kuwait and, possibly, that of Saudi Arabia".

a comercialização de petróleo. Assim, tendo em vista o propósito principal de não deixar a região de maior importância no fornecimento de recursos minerais, conforme mencionado acima, ser dominada pelo governo iraquiano, os EUA traçaram como objetivos do conflito a expulsão dos iraquianos do Kuwait e, de forma não explícita, a destruição do poder militar iraquiano, o qual gerava uma instabilidade política e militar na região. E no Conselho de Segurança da ONU, após ações no campo diplomático, foram aprovadas resoluções para intervenções no Kuwait (VIDIGAL, 1992).

Em 2 de agosto de 1990, o CS da ONU aprovou a Resolução 660, a qual condenava as ações iraquianas no Kuwait e exigia a retirada imediata de suas tropas do país. Em seguida, foram impostos embargos econômicos ao Iraque. No campo militar, os EUA enviaram três grupos de batalha[24] para a região do Golfo Pérsico a fim de realizar ações de Guerra Naval, principalmente com a intenção de fazer ser cumprido o embargo econômico por meio do bloqueio naval. Além disso, enviaram tropas terrestres para a Arábia Saudita visando evitar uma possível invasão de tropas iraquianas neste país (VIDIGAL, 1992).

Após a aprovação de diversas resoluções pelo CS, em 29 de novembro de 1990, foi aprovada a Resolução 678[25]. Por meio desse documento, caso não fosse cumprida a ordem de retirada das tropas iraquianas do Kuwait, estava autorizado o uso da força para a expulsão das mesmas (VIDIGAL, 1992).

Diante de tal cenário, formou-se uma coalizão multinacional, liderada pelos EUA, com apoio financeiro, logístico e militar, entre outros, com o propósito de intervir contra as ações iraquianas em território kuwaitiano. A fim de sequenciar as ações, dividiremos o estudo do conflito em tela em duas fases: inicialmente, abordaremos a postura defensiva da coalizão, a qual enviou meios e tropas para a Arábia Saudita no intuito de fazer cumprir as sanções econômicas por meio de bloqueio naval e interdições aéreas, sendo esta iniciativa denominada Operação Desert Shield; posteriormente, discorreremos sobre a postura ofensiva que foi adotada devido ao não cumprimento da ordem de retirada das tropas iraquianas do Kuwait, designada como Operação Desert Storm.

A Operação Desert Shield

No período do conflito, o mundo estava passando por transformações políticas e econômicas, com mudança de poder regional e mundial. Em 1989, após oito anos de conflito, ocorreram o cessar-fogo entre Irã e Iraque e, na mesma época, a desintegração da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS). Os EUA assumem a liderança mundial como potência hegemônica e mudam seu foco estratégico de guerra global para conflitos regionais. Com estes acontecimentos, o poder de influência soviética declina no Oriente Médio, e o Iraque se destaca com um exército numeroso e bem equipado, liderado por um ditador na busca de ser um poder hegemônico regional. Essa transição leva os EUA a acreditarem na ascensão iraquiana como maior ameaça no sudoeste da Ásia, em lugar dos soviéticos (MATTHEWS; HOLT, 1992).

No início dos anos de 1980, como potência ocidental predominante no Golfo Ará-

24 Do original em inglês: *carrier battle group*.

25 Esta resolução foi um marco ao adotar o Capítulo VII da Carta da ONU, a qual permitia o uso da força após um período de inatividade do Conselho de Segurança da ONU, que coincidiu com a Guerra Fria (BAYES, 2007, p. 32).

bico e no Mar Arábico, os EUA assumem o compromisso com a segurança da região e estabelecem, em 1983, o U.S. Central Command[26] (Centcom) e seu respectivo componente naval, o U.S. Naval Forces Central Command[27] (Navcent). Porém os países da região do Golfo Pérsico não deixaram que os EUA estabelecessem permanentemente bases terrestres em seus territórios. Desta forma, buscando mitigar o problema logístico de proporcionar uma rápida resposta a uma possível crise na região, enfrentando a distância envolvida e a grande quantidade de meios, os EUA efetivaram um pré-posicionamento marítimo, o qual mantinha a carga logística embarcada nos meios do Military Sealift Command (MSC)[28] (JÚNIOR, 2007).

Em setembro de 1987, o Department of Defense (DOD)[29] estabeleceu o Joint Task Force Middle East[30] (JTFME) com a finalidade de coordenar a presença militar contínua na região do Golfo Pérsico (JÚNIOR, 2007).

Com as mudanças no cenário mundial e a consequente ascensão iraquiana na região do Golfo, considerada uma região de importância política e militar para os EUA, devido ao seu enorme potencial em recursos minerais, estes passam a reavaliar suas ações geopolíticas nesta área de interesse[31] e sua estrutura de planos operativos. Em julho de 1990, conduziram um exercício conjunto, cujo propósito era testar o Plano de Operação 1002-90, o qual simulava a defesa contra um possível ataque iraquiano à Arábia Saudita. Este exercício recebeu o nome de Internal Look (MATTHEWS; HOLT, 1992). Esta simulação ressaltou as dificuldades logísticas a serem superadas em um eventual emprego militar na região e a importância de uma coalizão internacional e uma cooperação militar multinacional a fim de facilitar a operação (DOD, 1992).

Com as mudanças no cenário mundial e a consequente ascensão iraquiana na região do Golfo, os EUA passam a reavaliar ações geopolíticas e a estrutura de planos operativos

26 Comando Central dos Estados Unidos da América, que dirige e permite operações e atividades militares com aliados e parceiros para aumentar a segurança e a estabilidade regional em apoio aos interesses duradouros dos EUA. Abrange 21 nações do Oriente Médio, Ásia Central e do Sul e as hidrovias estratégicas que as cercam. Disponível em: https://www.centcom.mil. Acesso em: 3 jul. 2022.

27 Força Naval Componente (FNC) – As forças Navcent na região normalmente incluem um Grupo de Ataque Expedicionário e forças marítimas permanentes adaptadas para missões regionais. A Navcent também atua como elemento de comando das Forças Marítimas Combinadas, compostas por forças navais de cerca de 30 nações responsáveis pelo combate ao terrorismo, à pirataria e ao tráfico ilegal de drogas e pela liberdade de navegação e comércio na região. Disponível em: https://www.centcom.mil/ABOUT--US/COMPONENT-COMMANDS. Acesso em: 3 jul. 2022.

28 Organização norte-americana, criada na década de 1980, destinada a prover o transporte marítimo, apoiado basicamente em navios mercantes, necessário para deslocar e sustentar as forças americanas além-mar (VIDIGAL, 1992, p. 30).

29 Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América (tradução nossa).

30 Força-Tarefa Conjunta do Oriente Médio (tradução nossa).

31 Área geográfica que se estende além da zona de ação. É constituída por áreas adjacentes à zona de ação, tanto à frente quanto nos flancos e à retaguarda, onde os fatores e acontecimentos que nela se produzam possam repercutir no resultado ou afetar as ações, as operações atuais e as futuras (BRASIL, 2015, p. 33).

O pré-posicionamento de Força norte-americana no Oriente Médio com um comando conjunto e o planejamento antecipado com a realização de exercício proporcionaram uma rápida resposta por ocasião da Operação Desert Shield.

De acordo com Júnior (2007, p. 20, tradução nossa), "a capacidade da Marinha de controlar o mar e projetar poder sobre terra provou ser fundamental para o sucesso da Desert Shield"[32], tendo em vista a necessidade de se contrapor à ameaça representada pelos meios antinavio da Marinha iraquiana e da sua Força Aérea. Essa capacidade foi proporcionada pela disponibilidade de dois grupos de batalha posicionados nas proximidades da região em conflito. Em 2 de agosto, um grupo liderado pelo Porta-Aviões USS *Independence* foi direcionado para o Mar Arábico, e outro grupo, capitaneado pelo USS *Dwight D. Eisenhower*, para o leste do Mar Mediterrâneo. Além desses, faziam parte da Força-Tarefa navios em alerta e patrulhamento no Golfo Pérsico (JÚNIOR, 2007). Segundo o Department of Defense (1992), a Guerra do Golfo foi o conflito que conseguiu reunir a maior Força Naval em um único teatro de operações desde a Segunda Guerra Mundial.

Para a resposta ao estado de crise, após terem sido estabelecidos os objetivos nacionais[33], o Comando Central apresentou ao secretário de Defesa norte-americano duas linhas de ação para o emprego da expressão militar do Poder Nacional. Decidiu-se, pois, adotar o Plano de Operação 1002-90, cujo propósito era instaurar uma postura defensiva para conter o avanço iraquiano. Diante disso, foram determinados os objetivos operacionais[34] para a Operação Desert Shield, quais sejam: realizar ações defensivas na região do Golfo para dissuadir Saddam Hussein de perpetrar novos ataques; caso o primeiro objetivo falhasse, apoiar a Arábia Saudita em uma eficaz defensiva; constituir uma força de coalizão no nível operacional; e fazer com que as sanções econômicas das Resoluções 661 e 665 do Conselho de Segurança da ONU fossem cumpridas (DOD, 1992).

A estrutura organizacional dos EUA no TO era formada pelo U.S. Central Command (Centcom), por meio do seu Comando em Chefe como Comandante do Teatro de Operações (ComTO), e seus componentes: U.S. Army Central (Arcent), como Força Terrestre Componente (FTC); U.S. Marine Corps Forces Central Command (Marcent) e U.S. Naval Forces Central Command (Navcent), como Força Naval Componente (FNC); U.S. Air Forces Central Command (Afcent), como Força Aérea Componente (FAC); e U.S. Special Operations Command Central (Soccent), como Força de Operações Especiais Componente (FOpEspCte).

As forças que vinham de outros países eram, em sua maioria, colocadas sob o controle operacional[35] do Comando Cen-

32 Do original em inglês: "The Navy's ability to control the sea and project power ashore proved critical to the success of Desert Shield".

33 São aqueles que a Nação busca alcançar, em decorrência da identificação de necessidades, interesses e aspirações, ao longo das fases de sua evolução histórico-cultural (BRASIL, 2015, p. 186).

34 São os objetivos do nível operacional que servirão como metas que contribuirão para alcançar o estado final desejado nas operações conjuntas (BRASIL, 2020, p. 44).

35 Poder atribuído a um comandante para empregar e controlar forças, em missões ou tarefas específicas e limitadas, de modo a capacitá-lo ao cumprimento de sua missão. Exclui a autoridade para empregar, separadamente, os componentes destas forças, bem como para efetuar o seu controle logístico ou administrativo, e atribui autoridade para controlar outras forças que, embora não lhe sejam subordinadas, operem ou transitem em sua área de responsabilidade (BRASIL, 2015, p. 76).

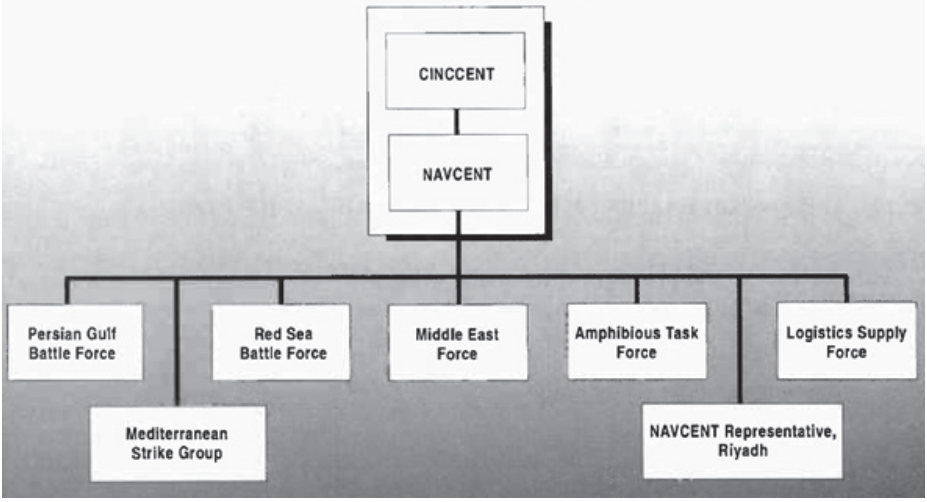

Figura 1 – Estrutura organizacional dos EUA no TO

tral. Além dessa estrutura por componentes, foi fundamental estruturar um Centro de Comunicação e Integração subordinado ao Arcent, com a finalidade de coordenar todas as atividades desenvolvidas, permitindo uma unidade de esforços durante as operações (DOD, 1992).

A Operação Desert Shield teve seu início efetivamente em 7 de agosto de 1990, ocasião na qual o Centcom começou a desdobrar suas forças no teatro de operações do Kuwait. Logo, o esforço inicial da coalizão foi deter o avanço terrestre iraquiano e defender pontos estratégicos, como portos e aeródromos ao longo da costa saudita, a fim de permitir a chegada do apoio logístico para o efetivo que estava desdobrado em terra.

Como tarefas da Força Naval Componente[36], couberam-lhe o emprego de aeronaves a partir dos porta-aviões, proporcionando poder de combate contra as possíveis colunas mecanizadas iraquianas, operações de interdição marítima[37] e operações de bloqueio[38] com o objetivo de reforçar o embargo econômico imposto pelo CS da ONU ao Iraque (DOD, 1992).

Após aproximadamente dois meses, a deficiência de poder de combate da coalizão estava superada por meio do desdobramento de tropas e meios no mar, na terra e no ar. A partir desse momento, a

36 Componente de uma força conjunta, constituído de unidades navais, podendo incluir unidades de fuzileiros navais, operações especiais e aéreas embarcadas, sob comando único. A força conjunta é composta por elementos ponderáveis de mais de uma Força Armada, sob comando único (BRASIL, 2015, p. 120).

37 Conjunto de esforços para monitorar, interrogar, interceptar e, se necessário, abordar tráfego marítimo em uma área definida, para verificar, redirecionar, apreender suas cargas ou apresar embarcações, na aplicação de sanções contra outros Estados, como aquelas em apoio às resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e/ou para prevenir o transporte de itens restritos (BRASIL, 2017, pp. 3-15).

38 Tem por finalidade evitar que navios de todos os Estados, inimigos e neutros, entrem ou saiam de específicos portos e áreas costeiras pertencentes, ocupadas ou sob controle de um Estado inimigo. O propósito é negar o uso de navios, inimigos e neutros, assim como de transportar pessoal e material para o território inimigo (BRASIL, 2017, pp. 3-10).

Força Conjunta tinha melhores condições para realizar uma defesa eficiente da Arábia Saudita contra uma possível invasão iraquiana (DOD, 1992).

Contudo o sistema defensivo dependia em grande parte de uma profícua coordenação dos meios empregados para um eficiente apoio do Poder Naval e Aéreo às tropas terrestres. Logo, foram realizados exercícios conjuntos, tanto no formato *table top*, sem efetivos desdobrados, quanto com efetivo ocupando posições no terreno, a fim de eliminar possíveis dúvidas na hora da execução. O mais completo exercício foi realizado no final do mês de novembro, o Imminent Thunder, que contemplava o ensaio final do plano defensivo (DOD, 1992).

Saddam, mesmo após toda estrutura militar da coalizão estar desdobrada no TO, manteve sua postura em não acatar as medidas impostas nas resoluções da ONU. Com a manutenção do *status quo* de não retirar as tropas iraquianas do Kuwait, a coalizão vislumbrou a necessidade da mudança de postura defensiva para ofensiva, no intuito de expulsar as tropas iraquianas.

A Operação Desert Storm

Tendo em vista a necessidade de ações ofensivas por parte da coalizão, foi elaborado um plano de operação dividido em fases, contemplando as ações no ar, na terra e no mar, visando à expulsão iraquiana do Kuwait. Com a chegada de mais meios ao TO, em 17 de janeiro de 1991 teve início a Operação Desert Storm (JÚNIOR, 2007).

O planejamento da ofensiva ficou caracterizado basicamente por uma campanha aérea, dividida em três fases: inicialmente, ações aéreas estratégicas para paralisar as tropas iraquianas; posteriormente, o estabelecimento de uma superioridade aérea no TO; e, por último, o preparo do campo de batalha, isolando e reduzindo as forças iraquianas por meio do Poder Aéreo e Naval. Após essas três fases, persistindo a intenção de Saddam em não retirar suas tropas do território kuwaitiano, seria realizada uma quarta fase por meio de uma ofensiva terrestre (JÚNIOR, 2007).

No planejamento da campanha, coube à FNC as seguintes tarefas: nas fases I e II, realizar ações aeronavais[39], operações de contramedidas de minagem[40], no norte do Golfo Pérsico, e operações de ataque[41] às instalações terrestres que fossem ameaças para os meios navais; na fase III, acrescentando às operações anteriores, realizar operações de ataque às tropas terrestres iraquianas por meio de fogos aéreo, naval e de artilharia; e, na fase IV, realizar fintas[42] e demonstrações[43] no TO e ficar em condições de realizar OpAnf nas

39 São as ações realizadas por aeronaves do Poder Naval, quando operando desdobradas em terra ou no caso de ataque por aeronaves orgânicas contra objetivos em terra (BRASIL, 2017, pp. 3-30).

40 Operação que consiste na execução de ações ativas e passivas que visem reduzir ou controlar a ameaça constituída pelas minas já lançadas pelo inimigo (BRASIL, 2017, pp. 3-9).

41 Operação realizada por meios navais, aeronavais ou de fuzileiros navais, em conjunto ou isoladamente, para a execução de uma ou mais das seguintes tarefas: destruir ou neutralizar forças navais, aéreas ou terrestres e meios empregados nas comunicações marítimas do inimigo; interditar comunicações terrestres; reduzir a resistência em área terrestre; e destruir ou danificar objetivos em terra e ao largo do litoral (BRASIL, 2017, pp. 3-2).

42 Ataque secundário, pouco profundo, com objetivo limitado, para iludir o inimigo e desviar sua atenção do ataque principal (BRASIL, 2015, p. 117).

43 Ação destinada a iludir o inimigo, por meio de uma exibição de força, em área onde não se procura obter uma decisão, sem, contudo, haver o contato (BRASIL, 2015, p. 87).

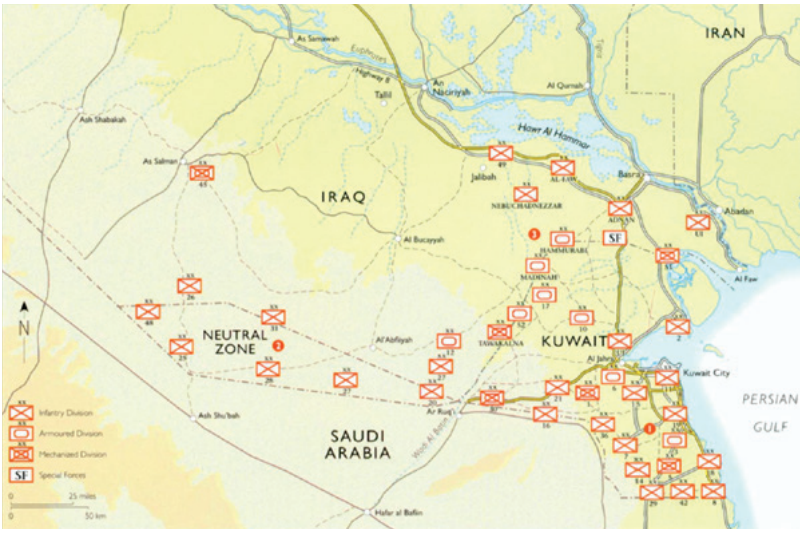

Figura 2 – Teatro de Operações no Kuwait

proximidades de Ash Shuaybah, porto no Kuwait, a fim de fazer uma junção[44] com a tropa aliada em terra (DOD, 1992). Cabe ressaltar que, devido às minas lançadas pelos iraquianos ao longo da costa do Iraque e Kuwait e à ameaça antinavio, o desembarque nestes locais era uma opção pouco provável.

Para o cumprimento das tarefas acima mencionadas, a FNC deveria manter sua capacidade expedicionária, com seus meios navais, terrestres e aéreos em condições de realizar ações ofensivas no norte do Golfo Pérsico e, ao mesmo tempo, proporcionar defesa às costas da Arábia Saudita, aproveitando as características versáteis desta Força (DOD, 1992).

A capacidade expedicionária era proporcionada pelos meios da Esquadra organizados em grupos de batalha, capitaneados por porta-aviões pré-posicionados em locais estratégicos, com a finalidade de proteger suas rotas marítimas e, ao mesmo tempo, responder rapidamente a uma crise. Na ocasião do conflito em questão, os EUA possuíam um grupo de batalha no Oceano Índico (DOD, 1992).

De acordo com o Relatório Final enviado ao Congresso com a Conduta da Guerra do Golfo Pérsico (DOD, 1992), nos momentos que antecederam a Operação Desert Storm, não estava claro que as tropas de Saddam Hussein tinham a intenção de assumir uma postura defensiva no Kuwait. Tal fato, porém, tornou-se notório quando se soube que, dentro do teatro de operações no Kuwait, os iraquianos possuíam 43 divisões posicionadas em profundidade e com forte reserva ao longo da fronteira do Iraque com o Kuwait. Podemos observar parcela desta tropa na Figura 2.

Além disso, foi estabelecido um cinturão de campos minados e obstáculos no litoral (DOD, 1992).

44 Envolve a ação de duas forças terrestres amigas, que buscam o contato físico, podendo ser realizada entre uma força em deslocamento e uma outra estacionária ou entre duas forças em movimento convergente (BRASIL, 2015, p. 154).

Nos primeiros dias da Tempestade no Deserto, as forças aéreas da coalizão conquistaram a superioridade aérea e fragmentaram as defesas aéreas estratégicas e a rede de comando, controle e comunicações de Saddam. No restante de janeiro, a coalizão concentrou a maior parte de seu poder aéreo contra alvos estratégicos. Em 27 de janeiro, Schwarzkopf anunciou que a coalizão havia conquistado a supremacia aérea sobre o Iraque e o Kuwait (JÚNIOR, 2007, p. 26, tradução nossa)[45].

As fases da operação foram planejadas de modo que, antecedendo a projeção de poder sobre terra, fosse obtida a superioridade aérea, conforme citado acima, proporcionando maior segurança para a aproximação dos meios navais e para as ações de obtenção do controle da área marítima, por meio das Operações de Interdição Marítima. A conquista desse controle das linhas de comunicações marítimas e do espaço aéreo permitiu que a coalizão isolasse as tropas invasoras do suporte logístico vindo pelo mar ou por vias aéreas (DOD, 1992).

A consolidação do efetivo controle da área marítima do Golfo permitiu que fossem realizados todos os preparativos para uma OpAnf. Subordinada à FNC, a Força-Tarefa Anfíbia tinha como propósito fazer com que, ao ser percebida uma possível ação de desembarque de tropas no litoral, Saddam movimentasse sua tropa com a finalidade de fortificar a costa, enfraquecendo, desta forma, a defesa contra o real ataque da coalizão, que seria por terra (DOD, 1992).

As Operações Anfíbias na Campanha Marítima

A Inteligência da coalizão identificou aproximadamente 435 mil soldados iraquianos em sistema defensivo com apoio mútuo em profundidade, com fortificações e campos minados ao longo da fronteira saudita com o Kuwait. Este dispositivo era complementado por fogos de artilharia e metralhadora direcionados para os pontos de passagem. Na defesa da costa marítima foram colocadas minas terrestres e navais, e as tropas iraquianas transformaram prédios habitacionais em robustas fortalezas (DOD, 1992).

Adicionalmente ao sistema defensivo, Saddam prontificou os melhores elementos do Exército iraquiano, com mobilidade e poder de choque dos blindados para atacar possíveis penetrações da coalizão em seu sistema. Como reserva e força de contra-ataque, foi designada a Guarda Republicana (DOD, 1992).

Esta tropa iraquiana era abastecida por meio do sistema de estradas e depósitos de suprimentos, os quais, segundo estimativa, eram suficientes para durar por aproximadamente um mês de combate sem reabastecimento (DOD, 1992).

Porém, a despeito dessa estrutura defensiva fortificada, o planejamento da coalizão identificou a Guarda Republicana como um dos centros de gravidade (CG)[46]

---

45 Do original em inglês: "In the first few days of Desert Storm, coalition air forces won air superiority and fragmented Saddam's strategic air defenses and command, control, and communications network. For the rest of January, the coalition focused the bulk of its air power against strategic targets. On 27 January, Schwarzkopf announced that the coalition had won air supremacy over Iraq and Kuwait".

46 É uma fonte de força, poder e resistência física ou moral, que confere ao contendor, em última análise, a liberdade de ação para utilizar integralmente seu poder de combate. O CG, uma vez conquistado ou atingido, poderá resultar no desmoronamento da estrutura de poder, uma vez que se trata de um ponto de equilíbrio que dá coesão às forças, à estrutura de poder e à resistência do adversário, sustendo o seu esforço de combate. Existe em todos os níveis de condução da guerra (BRASIL, 2015, p. 59).

e como vulnerabilidade crítica[47] o sistema de comando e controle e seu dispositivo vulnerável a ataques aéreos, além da dificuldade em manter uma consciência situacional dos movimentos da coalizão (DOD, 1992).

Desta forma, o comandante da coalizão planejou um ataque ao sistema defensivo iraquiano como um "gancho de esquerda", sendo o esforço principal realizado por forças blindadas no flanco direito, a fim de chegar ao centro de gravidade iraquiano (DOD, 1992).

Para isso, aproveitando as vulnerabilidades identificadas, foi planejada uma operação de dissimulação, a qual incluía uma Demonstração Anfíbia[48] para fixar as forças iraquianas no litoral e convencer de que o ataque principal seria diretamente no Kuwait (DOD, 1992).

De acordo com o Department of Defense (1992, p. 255, tradução nossa), "embora não tenha ocorrido uma invasão anfíbia, a ameaça dessa invasão teve de ser credível para induzir o Iraque a comprometer uma parte substancial de suas forças militares na defesa contra essa ameaça"[49].

Na quarta fase da campanha, a FNC deveria realizar fintas e demonstrações anfíbias no teatro de operações do Kuwait e ficar em condições de realizar um Assalto Anfíbio[50] com o propósito de fazer uma junção com as tropas em terra nas proximidades de Ash Shuaybah. Com isso, a FNC atribuiu à ForTarAnf as tarefas de planejar e ficar em condições de realizar OpAnf a fim de contribuir com as ações da FTC (DOD, 1992, p. 256).

A presença da ForTarAnf nas proximidades do TO já representava uma ameaça marítima às forças iraquianas. De modo a ficar em condições para um possível desembarque no litoral kuwaitiano ou em algum outro local determinado, a Força realizou diversos exercícios anfíbios, sendo um deles na costa leste da Arábia Saudita. No intuito de dissuadir o comando iraquiano, estes exercícios foram bastante divulgados, mostrando as capacidades anfíbias da coalizão. Além disso, tinha-se a intenção de confundir o comando iraquiano quanto à real direção do ataque terrestre da coalizão (DOD, 1992).

Com o propósito de causar uma confusão na consciência situacional do comando iraquiano quanto ao real local de desembarque, a FNC considerou a possibilidade de realizar o ataque além do horizonte[51], com efetivos reduzidos da tropa desembarcando por helicópteros ou meios de superfície a uma distância que concederia maior segurança à ForTarAnf em relação às ameaças de minas e equipamentos de defesa de costa dos iraquianos (DOD, 1992, p. 298).

Em 6 de janeiro, foi emitida uma ordem de advertência para a ForTarAnf com o plano de um Assalto Anfíbio na costa do Kuwait, nomeada de Operação Desert Saber. Essa operação tinha como propó-

47 Pontos fracos do Centro de Gravidade que, ao serem explorados, resultarão na desestabilização ou destruição do Centro de Gravidade oponente (BRASIL, 2015, p. 281).

48 Compreende a aproximação de território inimigo por forças navais, inclusive com meios que caracterizem uma OpAnf, sem o efetivo desembarque de tropa (BRASIL, 2008, pp. 1-2).

49 Do original em inglês: "Even though an amphibious invasion did not occur, the amphibious invasion threat had to be credible to induce Iraq to commit a substantial part of its military forces to defending against this threat".

50 Ataque lançado do mar para, mediante um desembarque, estabelecer firmemente uma ForDbq em terra. Tal desembarque é executado por meios de superfície e/ou aéreos e apoiado por meios navais e/ou aéreos (BRASIL, 2008, p. 1-1).

51 Do original em inglês: *Over The Horizon* (DOD, 1992, p. 298).

sito estabelecer firmemente uma Força de Desembarque[52] em terra por meio de um desembarque ao norte de Ash Shuaybah. O propósito da Força era, portanto, reduzir a força inimiga que fazia resistência contra tropas do Marcent por meio da fixação das mesmas ao longo da costa do Kuwait. Além disso, deveria destruir resistências inimigas no interior da cabeça de praia[53] estabelecida e tomar as áreas portuárias em Ash Shuaybah (DOD, 1992).

Após os diversos exercícios sucedidos na região e o planejamento detalhado, foram levantados alguns óbices para a realização do Assalto Anfíbio. Segundo o Department of Defense (1992), devido ao campo minado lançado pela tropa iraquiana, a FNC precisaria de dez dias de operações de contramedida de minagem para abrir caminho e de três a cinco dias de apoio de fogo e ataques aéreos para neutralizar as defesas de praia iraquianas. Foram apontadas, também, as possibilidades de danos colaterais ao território do Kuwait causados pelos fogos navais e aéreos, tendo em vista a grande quantidade de edificações no litoral. Esses óbices levantados, junto ao esforço das tropas terrestres na melhoria constante das rotas de transporte, o que aumentava a capacidade logística por terra, fizeram com que o Assalto Anfíbio fosse cancelado. Porém o comandante da ForTarAnf foi instruído a se manter preparado para um possível Assalto Anfíbio em Ash Shuaybah, caso a ofensiva terrestre assim exigisse. Desta forma, a FNC recebeu a ordem de estabelecer uma Área do Objetivo Anfíbio[54] e iniciar operações pré-assalto, incluindo contramedida de minagem, apoio de fogo naval, medidas de despistamento, controle aéreo e marítimo e supressão de ameaças (DOD, 1992).

De acordo com o Department of Defense (1992), foram realizados ao todo quatro OpAnf de despistamento, sendo uma incursão em Umm Al-Maradim e

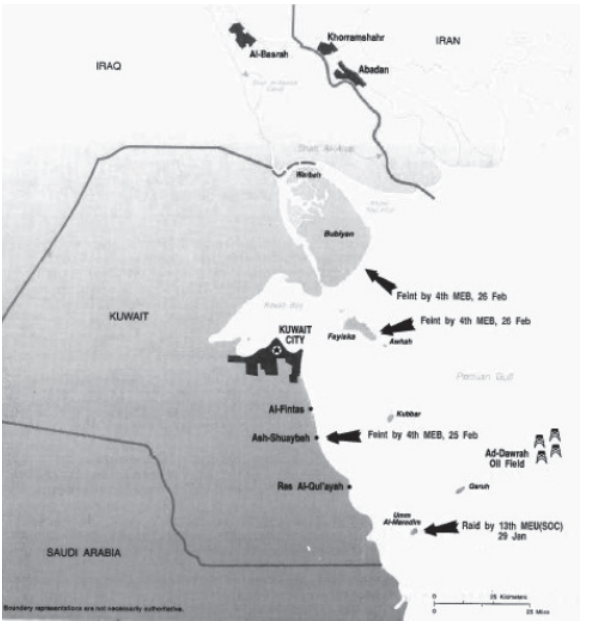

Figura 3 – OpAnf de despistamento na região do Kuwait

52 Força organizada por tarefas, constituída de grupamentos operativos de fuzileiros navais destinados à realização de operações anfíbias (BRASIL, 2015, p. 121).

53 Área terrestre selecionada do litoral inimigo que contém os objetivos da força-tarefa anfíbia e da força de desembarque e que, quando conquistada e mantida, assegura o desembarque contínuo de tropa e material, proporcionando espaço de manobra para operações em terra (BRASIL, 2015, p. 53).

54 Área operacional, normalmente definida na diretiva inicial, onde se incluem a área de desembarque e as áreas terrestres e marítimas fronteiriças, necessárias ao cumprimento da missão do comandante da força-tarefa anfíbia (BRASIL, 2015, p. 34).

desembarques na Ilha Faylaka, na localidade de Ash Shuaybah e na Ilha Bubiyan, conforme podemos observar na Figura 3. Esses despistamentos foram constituídos basicamente pela condução de fogos dos meios navais e aéreos (JÚNIOR, 2007).

Devido a essa movimentação e ações da FNC, o comando iraquiano no TO concentrou seus esforços na defesa do litoral, enfraquecendo sua linha defensiva na frente terrestre. Tal fato permitiu a realização das ações de ataque planejada pela FTC ao longo da fronteira do Kuwait e Arábia Saudita, sendo crucial para a expulsão das tropas iraquianas e a consequente derrota de Saddam (DOD, 1992).

Apesar do sistema defensivo iraquiano na costa do Kuwait ter dificultado as OpAnf nas proximidades do litoral, principalmente pelo lançamento de campos de minas, a aproximação da FNC desempenhou um papel fundamental para a consecução dos objetivos operacionais, tendo em vista que o anúncio dos preparativos para um Assalto Anfíbio na costa kuwaitiana forçou os iraquianos a se concentrarem em seu flanco em direção ao mar. Devido à estrutura exigida ao sistema defensivo, tornou-se árduo reorientar as forças iraquianas no momento em que a coalizão atacou por terra o seu flanco ocidental (DOD, 1992).

Tal sucesso foi obtido, em grande medida, pela eficiência da FNC em estabelecer o controle do mar, impedindo que fossem lançadas mais minas e possibilitando a aproximação da Força com sua capacidade de projeção de poder, seja pelos ataques aéreos, seja pela condição de realizar um Assalto Anfíbio (DOD, 1992).

Além de fazer parte do plano de dissimulação em apoio à ofensiva terrestre, as forças navais no Golfo realizaram apoio de fogo naval com bombardeios das posições defensivas na costa kuwaitiana e na progressão da tropa terrestre, proveram apoio com as aeronaves, a partir de bordo dos navios da força, e ainda garantiram o fluxo contínuo de suprimentos e equipamentos do mar para a terra (DOD, 1992).

A OPERAÇÃO ANFÍBIA DA GUERRA DO GOLFO *VERSUS* O MODELO TEÓRICO DE CORBETT

Anteriormente, estudamos a teoria de Julian Corbett, particularmente as teorias gerais do Poder Marítimo, seu entendimento sobre o Comando do Mar e os métodos para a condução da Guerra Naval; logo após, nosso estudo se voltou para as ações desencadeadas pela Guerra do Golfo.

Doravante, faremos uma análise do caso escolhido, a Guerra do Golfo, em confronto com os aspectos da teoria apresentada, com foco nos métodos para a condução da Guerra Naval, a fim de verificar se a realidade teve aderência ou não à teoria.

Guerra do Golfo x teorias gerais

A teoria de Corbett inter-relaciona o Poder Naval com a estratégia militar em um campo mais amplo, vindo a contribuir para a consecução dos objetivos estratégicos. Em sua avaliação, o estrategista acreditava ser pouco provável que as ações realizadas pelo Poder Naval seriam, por si só, decisivas, mas sim integrantes de uma Guerra Limitada, intervindo no ambiente marítimo com a finalidade de apoiar o esforço terrestre.

Observamos, na Guerra do Golfo, que, com as resoluções do CS da ONU, o objetivo estratégico inicial era, por meio da diplomacia, que Saddam Hussein retirasse suas tropas do território invadido, não tendo este sido alcançado. Consequentemente, formou-se a coalizão, com comando

único, constituída por componentes aéreo, terrestre e naval, com o intuito de expulsar as tropas iraquianas e reconquistar o território do Kuwait. Desta forma, em relação à Guerra Limitada, concluímos que houve aderência ao modelo teórico apresentado, com a interdependência entre as Forças nos diversos ambientes operacionais.

Sob a ótica da teoria da Guerra Naval, o principal objetivo para Corbett era o controle do mar, permitindo a liberdade de manobra da própria força e negando-o ao inimigo. A FNC tinha como uma de suas tarefas realizar OpAnf no TO. Para que a projeção de poder fosse eficiente, havia a necessidade de ser garantido, primeiramente, o controle do mar, o que possibilitaria a aproximação da força. De acordo com o Department of Defense (1992), os EUA desdobraram mais de 165 navios no TO, incluindo seis grupos de batalha nucleados por porta-aviões com suas respectivas alas aéreas embarcadas, acrescidos dos demais meios da coalizão. Durante o conflito, ficou evidente a superioridade em meios navais da coalizão diante da ameaça da Força Naval iraquiana, que tinha como principal característica a condução de operações de reduzido vulto utilizando pequenas embarcações. Essa superioridade assegurou a conquista do controle do mar e rapidamente o estabelecimento do bloqueio marítimo contra os apoios externos às tropas iraquianas.

Cabe ressaltar que as tropas da coalizão desdobradas no ambiente terrestre dependiam do apoio logístico que chegaria pelo mar, salientando uma notória dependência destas em relação aos meios navais para o prosseguimento das ações em terra. O estabelecimento do controle do mar, acrescido do controle do espaço aéreo sobrejacente, permitiu que o transporte logístico marítimo chegasse íntegro ao seu destino no momento oportuno.

Ainda sobre a teoria da Guerra Naval, um importante conceito abordado pelo teórico é o método de concentração e dispersão, o qual proporciona ao Poder Naval rapidez e flexibilidade a partir do momento em que se possui uma linha de comunicações marítimas segura. Constatamos que, no momento da invasão iraquiana ao território kuwaitiano, os EUA já possuíam meios navais em condições de pronto emprego nas proximidades, inclusive comandos unificados estabelecidos em locais estratégicos para coordenar respostas rápidas a possíveis crises que porventura pudessem surgir. Logo, essa estratégia norte-americana de pré-posicionamento de grupos de batalha tem aderência ao modelo teórico *strategical center* de Corbett.

Guerra do Golfo x condução da Guerra Naval

Na condução da Guerra Naval, Corbett ressalta o emprego do bloqueio em vez da batalha decisiva, como método para obtenção ou disputa pelo Comando do Mar. Em sua teoria, ao ser conquistado o controle das linhas de comunicações marítimas e executado o bloqueio, o adversário tende a permanecer atracado no porto, exaurindo sua logística. O objetivo principal da Operação Desert Shield, conforme descrevemos na seção anterior, era executar o bloqueio marítimo com a finalidade de fazer cumprir as sanções econômicas impostas pelas resoluções do CS da ONU, levando à retirada da tropa iraquiana do território invadido. Desta forma, podemos concluir que, por mais que não tenha ocorrido o estado final desejado pela ONU, as ações da FNC tiveram aderência à teoria ora mencionada, devido à realização do bloqueio marítimo para estrangulamento logístico do mar para terra.

Em relação à disputa pelo controle do mar com emprego da esquadra em potência ou na realização de contra-ataque, observamos que a Guerra do Golfo não teve aderência à essa teoria. Pelo fato de a força atacante apresentar um poder de combate superior ao do oponente, não seria adequado o emprego deste método, por este ser de caráter defensivo. Analisando o lado iraquiano, seu objetivo maior era voltado para a defesa territorial terrestre; além disso, os meios marítimos disponíveis não tinham condições de efetuar contra-ataques capazes de causar danos significativos à coalizão que a impedissem de obter o controle do mar.

No que concerne ao exercício do controle do mar na condução da Guerra Naval e à defesa contra invasão, observamos que neste tipo de operação, particularmente, a Guerra do Golfo não teve aderência à teoria. O Iraque, como tropa defensora do território ocupado, não tinha capacidade de realizar ações para inviabilizar o desembarque da coalizão no litoral, pois o planejamento inicial foi feito com medidas defensivas na fronteira terrestre. Ao ser observada a intenção da coalizão de realizar uma OpAnf no litoral, as tropas iraquianas alteraram seus dispositivos defensivos, porém, nos estudos bibliográficos para este trabalho, não foram identificadas ações iraquianas de terra para o mar no intuito de impedir essa operação.

A derrota iraquiana ocorreu pela retirada da Guarda Republicana da fronteira, criando oportunidade para um ataque bem-sucedido da coalizão

Em relação ao ataque e à defesa do comércio, observamos que sua aplicação não ficou latente na Guerra do Golfo, tendo em vista que, na primeira fase da campanha, já havia sido consumado o bloqueio ao comércio pela superioridade marítima da coalizão.

Corroborando a teoria de Corbett, Friedman (2014) menciona que a capacidade de uma força realizar OpAnf, dificilmente, terá um caráter decisivo no nível estratégico. Observamos que, no conflito em tela, apesar de a coalizão possuir uma força com destacado poder de desembarcar no litoral do Kuwait, gerando incerteza tática e operacional no oponente, contribuiu indiretamente para a consecução dos objetivos estratégicos da operação, uma vez que foi necessário o avanço por parte das tropas terrestres para a garantia da reconquista do território ocupado.

Com aderência ao método de Corbett, o qual mencionava a importância do apoio naval às operações em terra, ou seja, o Poder Naval influenciando no Poder Terrestre, observamos que a significativa divulgação dos exercícios de OpAnf e a possibilidade de atacar além do horizonte, não permitindo que o comando das tropas iraquianas pudesse antever o local de desembarque, causaram confusão na consciência situacional de Saddam. A surpresa tática e operacional levou à alteração do dispositivo defensivo iraquiano, desdobrando sua Guarda Republicana no setor defensivo próximo ao litoral, e, desta forma, permitindo a penetração de tropas terrestres da coalizão pela fronteira do Kuwait com a Arábia Saudita.

A derrota iraquiana, no campo militar, ocorreu, em larga escala, pelo fato de essa alteração no dispositivo defensivo ter carreado recursos e, principalmente, ter retirado sua mais importante força de

defesa, a Guarda Republicana, da fronteira terrestre, abrindo oportunidade para um ataque bem-sucedido da coalizão.

Podemos acrescentar, ainda, que houve aderência da Guerra do Golfo à teoria de operações conjuntas de Corbett, pois constatamos que, desde o início do planejamento, foi considerada a integração das forças. Tal fato corrobora a necessidade de adestramentos constantes para a interoperabilidade entre os meios a serem empregados. Validando o que o Department of Defense (1992, p. IX, tradução nossa) mencionou no relatório: "Em um mundo altamente incerto, planejamento sólido, forças em áreas avançadas e transporte aéreo e marítimo estratégico são fundamentais para desenvolver a confiança, as capacidades, a cooperação internacional e o alcance necessário em tempos de dificuldade"[55].

CONCLUSÃO

Aspirando entender a influência que as ações marítimas, por meio do Poder Naval, têm nos resultados obtidos em terra pelo Poder Terrestre, escolhemos como realidade histórica a Guerra do Golfo, ocorrida entre 1990 e 1991, abordando não só a fase defensiva da Operação Desert Shield, mas também a fase ofensiva da Operação Desert Storm, com ênfase nas operações de Guerra Naval. Optamos, pois, por uma análise sob a ótica do modelo teórico de Sir Julian Stafford Corbett, considerado até os dias de hoje como um estrategista naval de referência mundial, mesmo não possuindo formação militar.

O propósito deste trabalho foi responder se houve pontos de aderência entre a Guerra do Golfo e a condução da Guerra Naval segundo o modelo teórico escolhido, no que diz respeito ao apoio naval às operações militares.

Constatamos que, embora decorridos quase 80 anos entre a publicação da teoria e a guerra em tela estudada, houve aderência. Observamos, ainda, que a teoria da Guerra Naval e sua condução descritas por Corbett, particularmente a respeito da interdependência entre os poderes Naval e Terrestre, é de grande relevância, inclusive atualmente. Diante disso, podemos destacar a importância em fomentar o estudo deste assunto para a Marinha do Brasil (MB), em especial no que concerne ao aprimoramento da interoperabilidade com as demais Forças.

Concluindo a pesquisa, observamos que a presença de uma força naval com poder crível e capacidade de realizar um desembarque no litoral em litígio é capaz de fixar parcela significativa da tropa terrestre defensora, criando vulnerabilidades que podem ser estrategicamente exploradas em terra. A impossibilidade de precisar o momento e o local da Operação Anfíbia causa confusão na consciência situacional do defensor, obrigando-o a modificar seu sistema defensivo na tentativa de impedir o desembarque e, consequentemente, enfraquecendo o dispositivo em alguma parte. Desta forma, as Operações Anfíbias, como um apoio naval às operações militares, são de grande importância para a estratégia naval, uma vez que, integradas ao Poder Terrestre, contribuem para o estado final desejado da operação.

Neste artigo, o tema foi abordado sob a perspectiva do atacante. Com isso,

55 Do original em inglês: "In a highly uncertain world, sound planning, forces in forward areas, and strategic air and sea lift are critical for developing the confidence, capabilities, international cooperation, and reach needed in times of trouble".

sugerimos que sejam analisadas as possíveis contribuições do Poder Terrestre nas ações para o controle do mar em trabalhos futuros, quer estudando a própria Guerra do Golfo com as ações das tropas do Iraque, quer um outro conflito.

Finalmente, julgamos pertinente o contínuo estudo da teoria do Poder Marítimo de Corbett. Apesar de a MB possuir características navais voltadas para as ações de defesa, as lições aprendidas no emprego do Poder Naval da coalizão na Guerra do Golfo, como uma força que, partindo do mar, contribuiu para mitigar a crise instaurada no território do Kuwait, servem para o aprimoramento do preparo da MB, principalmente no que tange à interoperabilidade entre os poderes naval, aéreo e terrestre para o emprego em Operações Conjuntas.

🗁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<ARTES MILITARES>; Estratégia; Estratégia Naval;
<GUERRAS>; Guerra do Golfo;
<FORÇAS ARMADAS>; Operação Conjunta;

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN – 1-1: Manual de Operações Anfíbias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, RJ, 2008. 131 p.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. EMA-305: Doutrina Militar Naval. Brasília, DF, 2017, 136 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. MD30-M-01: Doutrina de Operações Conjuntas – 2º Volume. Brasília, DF, 2020, 397 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas. Brasília, DF, 2015, 288 p.

BYERS, Michael. *A Lei da Guerra*: Direito Internacional e Conflito Armado. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007, pp. 27-37.

CORBETT, Julian Stafford Sir. *England in the seven years' war:* a study in combined strategy. London: Longmans, Green and Co, 1907, pp. 1-9.

CORBETT, Julian Stafford Sir. *Some principles of maritime strategy*. London: Longmans, 1911, p. 351.

DEPARTMENT OF DEFENSE. "Conduct of the Persian Gulf War: Final Report to Congress". Washington, DC: Principal Deputy Under Secretary, 1992. 447 p. Disponível em: https://ntrl.ntis.gov/NTRL/dashboard/searchResults/titleDetail/ADA249270.xhtml. Acesso em: 4 jul. 2022. Relatório.

EUA. U.S. Central Command. Unified commands, Centcom & Components. Flórida: U.S. Central Command, 2021. Disponível em: https://www.centcom.mil/ABOUT-US/COMPONENT--COMMANDS/. Acesso em: 3 jul. 2022.

FALCÃO, Marco Antonio Guimarães. "A Contribuição de Julian S. Corbett". *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 111, n. 4-6, pp. 195-201, abr./jun. 1991.

FINLAN, Alastair. *The Gulf War 1991*. Oxford: Osprey Publishing, 2003, 95 p.

FRANÇA, Lessa Júnia; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 8ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, 255 p.

FRIEDMAN, Brett A. "Amphibious Power: A Personal Theory of Power and a Key Element in the Strategic Theory Canon". *The Strategy Bridge*. 28 maio 2014. Disponível em: https://thestrategybridge.org/the-bridge/2014/5/28/amphibious-power-a-personal-theory-of-power--and-a-key-element-in-the-strategic-theory-canon. Acesso em: 25 jul. 2022.

JÚNIOR, Robert John Schneller. *Anchor of Resolve:* A History of U.S. Naval Forces Central Command/Fifth Fleet. Washington: Naval Historical Center, 2007, pp. 1-30.

MATTHEWS, James K.; HOLT, Cora J. "So Many, So Much, So Far, So Fast: United States Transportation Command and Strategic Deployment for Operation Desert Shield/Desert Storm". [S.l.]. Disponível em: https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/History/Monographs/Transcom.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

MOFFAT, Ian C.D. "Corbett: A Man Before His Time". *Journal of Military and Strategic Studies.* [S.l.], v. 4, n. 1, 2001. Disponível em: https://jmss.org/issue/view/4523. Acesso em: 26 maio 2022.

MONTEIRO, Nuno Sardinha. "Sir Julian Stafford Corbett, o Clausewitz da estratégia marítima". *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 131, n. 10/12, pp. 136-153, out./dez. 2011. Disponível em: http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb_4-2011.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

RYAN, Curtis R. "Jordan and the rise and fall of the Arab Cooperation Council". *The Middle East Journal*, v. 52, n. 3, pp. 386-401, 1998. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/4329219. Acesso em: 12 jul. 2022.

SPELLER, Ian; TUCK, Christopher. *Amphibious Warfare*: strategy and tactics from Gallipoli to Iraq. London: Amber Books, 2014, pp. 8-12.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. "A Guerra do Golfo: uma análise político-estratégica e militar". *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 112, n. 1-6, pp. 15-62, jan./mar./abr./jun. 1992.